



EDITORIAL

Motrivivência Ano XVIII, Nº 27, P. 09-17 Dez./2006

DO PAN RIO/2007 À COPA 2014 NO BRASIL. QUE BRASIL? E PARA QUAL BRASIL?

(...) refletir sobre alguns aspectos do capitalismo, tendo em vista o que parece evidente e o que se revela estridente, pode contribuir para o esclarecimento de sua condição histórica,, de sua historicidade: de tal modo que se revela ma configuração social e complexa, germinando continuamente também as tensões, desigualdades e contradições com as quais se planta a sua superação¹.

O ano de 2007 reservou duas importantes emoções para a torcida brasileira: a realização dos Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro e a confirmação do país como sede da Copa do Mundo de Futebol em 2014.

Quanto à decisão da FIFA, foi uma vitória por W.O., por ausência de outros interessados na América do Sul em promover a Copa². Mas isso em nada diminuiu o júbilo de Ricardo Teixeira, Presidente da CBF

¹ Cf. IANNI, Otávio. Capitalismo, Volência e Terrorismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

² Por coincidência ou não, na mesma reunião em que foi oficializada nossa indicação, a FIFA também extinguiu o rodízio entre continentes para a escolha do país organizador.



e da Associação Brasil 2014, entidade que constitui o comitê organizador do evento³ (a exemplo do CO-Rio, igualmente independente, como entidade responsável pelo Pan Rio/2007). Tampouco atingiu o ânimo da caravana de políticos, Ministros de Estado, Governadores e Prefeitos, capitaneados pelo Presidente Lula, que aproveitaram a cerimônia na sede da FIFA, na Suíça, para alardear as maravilhas naturais e culturais do Brasil para a realização da Copa do Mundo. É aqui que começa o problema, os questionamentos, as dúvidas: quem Brasil foi escolhido para organizar a Copa? Em meio a que conjuntura político-econômica e social esses eventos são uma “jogada” da política no esporte e do esporte na política? E para quais brasileiros isso vai acontecer?

Esse receio se deve, evidentemente, à memória recente do que assistimos nos últimos meses anteriores, durante e logo após os Jogos Pan-Americanos do Rio. Uma breve síntese daquele cenário serve para recordarmos: governos federal, estadual e municipal, isto é, os supostos “senhores dos anéis”, brigando pela

sua paternidade, pelos possíveis lucros da “imagem” na mídia e lucros financeiros, em freqüentes enfrentamentos muito pouco “esportivos” e de escasso fair play; ameaças seguidas de não conclusão das obras em tempo hábil; um projeto que previa ampla participação de capital privado, responsabilidade depois transferida para as administrações públicas envolvidas, para evitar o vexame de não termos executado as obras e reformas nas instalações e equipamentos esportivos necessários aos Jogos; um orçamento que aumentou mais de oito vezes em sua previsão inicial, o que levou os governos e estatais a investirem cerca de 3,5 bilhões de reais; denúncias repetidas do TCU sobre superfaturamentos e gastos públicos sem licitação, e pedidos de instalação de CPI’s no Rio e em Brasília; a não concretização das promessas de melhorias na infraestrutura da cidade do Rio, especialmente em transportes, segurança e saúde, que terminaram não saindo do papel; do ponto de vista técnico, a baixa qualidade de competidores e equipes de vários países em diversas modalidades, motivada

³ Conforme matéria da Folha de São Paulo (25/10/2007), de autoria do jornalista Rodrigo Mattos, o comitê responsável pela candidatura e agora pela organização da Copa do Mundo no Brasil, em 2014, é constituído por uma entidade civil chamada Associação Brasil 2014, detentora de todos os direitos concedidos pela FIFA, em que é vedada qualquer participação de dirigentes ou instituições públicas. Todo o poder da referida Associação está nas mãos do seu sócio-presidente, Ricardo Teixeira, também presidente da CBF.

pela ausência de maior significado esportivo do PAN, que não garantia vaga para os Jogos Olímpicos de Beijin/2008; por fim, a falsa sensação de êxito esportivo brasileiro, pelo aumento do número de medalhas conquistadas e por termos passado o Canadá na classificação geral, tendo ficado atrás só dos EUA e de Cuba. Por falar em Cuba, ainda presenciemos a saia-justa oficial pela deportação (devolução?) dos boxeadores dissidentes, depois arrependidos (?), embarcados em segredo em avião cedido pelo governo do “compañero” Hugo Chaves, rumo à prisão domiciliar em Havana.

Não bastasse isso, ficamos sabendo depois que o alardeado turismo dos Jogos muito pouco contribuiu à economia da cidade, do estado e do país, sobretudo devido às notícias de iminente caos aéreo, receio aumentado após o desastre do Airbus da TAM em Congonhas, em plena disputa dos Jogos.

A pergunta que percorreu insistentemente lugares e tempos de mídia, logicamente aqueles não controlados pelo discurso oficial pró-Pan, foi: o quê se ganhou com os Jogos? Usando a linguagem oficial, qual foi e para quem ficou o tal “legado do Pan”?

Está cada dia mais claro que para a imensa maioria da população brasileira pouco ficou, exceto um (in)certo sentimento de patrio-

tismo ufanista-ingênuo, comum nestes períodos de grandes eventos internacionais do esportivo, inflado pelo fermento de uma parte significativa da mídia, especialmente a televisiva, Galvão Bueno e Rede Globo de Televisão à frente.

Será que a cultura esportiva do povo brasileiro teve algum benefício, foi modificada para melhor com a realização do Pan? No máximo, ficamos sabendo da falta de cultura (e ética) esportiva de alguns dos ídolos nacionais, como o ex-jogador de basquete e comentarista de TV Oscar “Mão Santa” que, na arena de ginástica artística, torcia aos berros para que os atletas estrangeiros erassem ou caíssem dos aparelhos! Esse episódio mostrou como os chamados ídolos esportivos podem contribuir para a des-educação das nossas crianças e jovens. Aliás, capítulo à parte dessa história foi, sem dúvida, o comportamento da TV aberta e por assinatura nacionais. À ausência de jornalistas com conhecimento em esportes menos conhecidos, a solução foi mais uma vez contratar ex-atletas das modalidades como comentaristas, o que contribuiu, em muitos casos, para transformar as cabines de imprensa em arquibancada, e os comentários em intermináveis sessões de lamentável senso comum, salvo honrosas (e poucas) exceções.

Assim, ao torcedor brasileiro ficou a (falsa) sensação de ter presenciado e tomado parte de um grande evento, além de ter ajudado o país a conseguir medalhas e respeito no campo esportivo. A "Sociedade do Espetáculo" de Debord escancarada, a qual pressupõe a idéia do espetáculo – enquanto imagem real e virtual do dinheiro e dos fenômenos sociais veiculados a partir do fetiche da mercadoria, que se traduzem em espetáculos veiculados por meio da linguagem "espetacular" da mercadoria. A linguagem espetacular e do tempo mercantilizado do esporte culmina por desvalorizar o caráter dialético quantitativo-qualitativo deste fenômeno social, invertendo, assim, ontologicamente o campo de desenvolvimento humano⁴. Só faltou a lona do circo sobre tudo aquilo!⁵

Apesar de todas as críticas, houve quem ganhasse com os Jogos. E estes beneficiados são bem conhecidos: começa pelas grandes empreiteiras nacionais, as mesmas de sempre, passando pelas administrações públicas nos três níveis de go-

verno, que ganharam visibilidade e reconhecimento social como benfeitores do esporte brasileiro, mesmo que às custas de verbas públicas; continua pelo COB, que levou também os louros do "sucesso" dos Jogos, especialmente seu Presidente Carlos Nuzzman e seus familiares e amigos, cujas empresas viraram prestadoras de vários serviços ao Co-Rio, sem qualquer concorrência⁶. E ganharam também os dirigentes profissionais do esporte brasileiro que, com a organização do Pan, obtiveram "cacife" para vôos maiores, na gestão de novos eventos esportivos internacionais no Brasil. E o futuro já se anuncia (como ameaça?): vamos fazer a Copa de Futebol, daqui a sete anos, no país!

Desde já, as mesmas perguntas se impõem: por que e para quem serve realizar a Copa de 2014 no Brasil? Infelizmente, parece que as mesmas mazelas em relação ao Pan podem se repetir. Estão de volta as promessas de melhorias na infraestrutura das cidades-sede e do país; estão de volta as garantias de

⁴ Cf. DEBORD, G. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

⁵ Ver TAFFAREL, Celi; SANTOS JUNIOR, C.L. Como iludir o povo com esporte para o público. In: SILVA, Mauricio Roberto (org.). Esporte, educação, estado e sociedade. Chapecó: Argos, 2007.

⁶ Os jornalistas Juca Kfourri e José Trajano, em entrevista à revista Caros Amigos (junho/2007), denunciaram a existência de uma rede de interesses de pessoas ligadas ao presidente do COB, que vão da figurinista da equipe olímpica brasileira no PAN, sua cunhada, até a agência de turismo, a empresa responsável pelos seguros dos atletas, a encarregada do layout das medalhas, a que organizou as festas de abertura e encerramento; todas têm proximidades com Nuzzman ou com outros diretores do CO-Rio, empresa privada criada pelo COB para gerenciar os Jogos Pan-Americanos.

que quem vai financiar as reformas e construção de estádios será a iniciativa privada (mas, claro, com financiamentos camaradas do BNDES); estão de volta as certezas quanto aos valores a serem agregados ao turismo e à economia do país; está de volta, enfim, um estranho sentimento de que quem é contra é anti-patriota e que o povo brasileiro deve se sentir agradecido à FIFA e aos envolvidos na proposta nacional (CBF, Governo Lula, governos de estados e municípios), pela oportunidade de realizarmos e “participarmos” de uma Copa do Mundo no Brasil.

Uma outra resposta à pergunta “por quê e para quem serve realizar a Copa de 2014 no Brasil?” poderia ser respondida, ironicamente, da seguinte forma: talvez para “incluir” e dar “cidadania” às crianças e jovens empobrecidos, “tirando-os” do mundo das ruas, do crime, das drogas e da marginalidade; oferecendo-os a chance “ilusória” de participar das chamadas “peneiras” dos grandes clubes de futebol e dos projetos “sociais” através do esporte e, por fim, de nunca ter a oportu-

nidade real de conhecer o chamado primeiro emprego.

Pior que sabermos que vamos, mais uma vez, ver alguns poucos escolhidos obter lucros materiais e simbólicos com o evento, é percebermos que as condições político-administrativas para a corrupção e o superfaturamento, sem licitação e pouco controle público, permanecem inalterados. Pior do que vemos políticos, candidatos e candidatas a candidatas, engalfinhando-se pela paternidade da Copa, para levarem para seus estados e cidades sub-sedes do evento, é sabermos que o poderoso chefe do Mundial/2014 é e será o senhor Ricardo Teixeira, presidente da CBF com mandato até 2015, antes indiciado em CPIs⁷, hoje conviva dos escritórios e banquetes do poder em Brasília.

Ao povo, mais uma vez, restaria tornar-se patriota por decreto, acreditando que podemos ser hexa-campeões mundiais, mesmo que nossos atletas estejam todos jogando fora do país, mesmo que nossos clubes precisem da Timemania para não decretar falência, mesmo que alguns poucos cartolas e empresários do futebol sejam estra-

⁷ A CPI criada na Câmara de Deputados para investigar as relações entre a CBF e a Nike terminou gerando uma infinidade de indícios e evidências dos negócios pouco transparentes da entidade máxima do futebol brasileiro e sobre como o seu presidente, Ricardo Teixeira, tornou-se um rico empresário desde que assumiu o cargo, mantido com o apoio dos cartolas das federações estaduais, pagos pelos contratos de patrocínio da seleção brasileira (ver: REBELO, Aldo; TORRES, Silvio. CBF-Nike. São Paulo: Casa Amarela, 2001).

nhamente milionários, diante de tanta pobreza no futebol brasileiro.

Mas é possível termos outra atitude patriótica de brasileiro: já que o fato está dado, podemos engrossar fileiras em entidades, movimentos sociais e organismos populares e democráticos, envolvidos em fiscalizar e denunciar abusos e maus-usos do dinheiro público no financiamento da Copa⁸. E lembrarmos ainda que, até 2014, não podemos mudar o presidente da CBF, mas há várias eleições a serem realizadas, nos três níveis de governo. Cidadania representativa e participativa são duas faces do mesmo compromisso social, democrático e patriótico.

Nesta linha de tentar olhar para o fenômeno esportivo, especialmente aquele que é conformado e veiculado como espetáculo, com outros olhares, que busquem uma reflexão mais elaborada e crítica, sugerimos a temática deste volume de Motrivivência. A ementa sugerida para orientar possíveis colaboradores era:

O ano de 2007 marca o reingresso do Brasil no circuito dos grandes

eventos do esporte olímpico, com a realização dos Jogos Panamericanos do Rio de Janeiro. Planejamentos milionários estão em marcha; grandes investimentos estão previstos; tudo para que o fato de sediarmos esta competição ganhe a necessária visibilidade e repercussão internacional, e nos credencie a sonhos maiores, como os Jogos Olímpicos e uma Copa do Mundo de Futebol no Brasil. Mas que argumentos são utilizados internamente, junto à sociedade brasileira, para justificar tais opções? Que vantagens estão sendo "vendidas" pelo COB, Ministério do Esporte e Confederações, para que o país do Fome-Zero, do Bolsa-"Tudo" e de outros projetos sociais, assista (e apóie ?) essa inversão de prioridades? Será possível observar a realização de grandes eventos esportivos a partir de outros olhares?

Talvez por ser ainda bastante recente a realização dos Jogos Pan-Americanos e pela definição do Brasil como país sede da Copa do Mundo de 2014 igualmente só ter acontecido no mês de outubro, o fato é que foram poucas as contri-

⁸ Cf. Juca Kfoury, em sua coluna na Folha de São Paulo (11/11/2007), "tão logo o Brasil foi homologado como sede da Copa de 2014, o diretor executivo da ONG 'Transparência Brasil', Cláudio Weber Abramo, telefonou para propor a criação de um Observatório da Copa. No dia seguinte, chegou uma mensagem do pessoal da revista 'Trivela' com proposta semelhante. Nela se propõe a reunião de alguns veículos de imprensa sob o selo 'Fiscalize a Copa'. E na semana passada, nesta Folha, o empresário Benjamim Steinbruch, presidente da Companhia Siderúrgica Nacional, propôs o 'Fiscopa-2014', antes mesmo que o primeiro dólar entre no país".

buições dos autores na direção da ementa sugerida. O que não nos impede de continuar veiculando esta temática nas sessões dos próximos números. Mas, para este, acabamos por entender necessário um alargamento do tema, mantendo sua centralidade na questão do esporte, mas neste contexto aproveitar diferentes abordagens, que vão dos grandes eventos propriamente ditos às políticas públicas para o esporte, da história do esporte às verdades que a mídia esportiva normalmente não apresenta. Como é de praxe, as demais seções não seguem necessariamente a temática indicada para o número.

Assim é que, na seção de Artigos, temos o relato de Nara Rejane Cruz de Oliveira e Adriana Maria Wan Stadnik, com base em experiências concretas, vivenciadas pelas autoras em outros países, sobre os chamados "eventos esportivos para todos", voltados para a participação irrestrita, não seletiva, oportunizando novas e variadas experiências de lazer para a população. Felipe Canan e Décio Roberto Calegari, a partir do conceito de campo esportivo (Bourdieu), buscam identificar fatores inerentes ao ser humano, tanto individuais como sociais, que influenciam a relação entre a oferta e a demanda de produtos e serviços esportivos. Segundo os autores, a relação oferta/demanda

pode ser manipulada a ponto de uma influenciar e cobrar da outra o retorno interessante para si, realçando as disputas de poder, a fim de atingir um determinado equilíbrio dentro do campo. Ainda nesta seção, Verônica Lima Nogueira da Silva destaca que existe uma diferença entre a vida do atleta que é apresentada pelos meios de comunicação e sua vida real, discutindo tais diferenças com base em relatos de atletas, médicos, treinadores e outros profissionais, que falam dos sacrifícios exigidos pela competição em alto nível. Por fim, a contribuição de Marcel de Almeida Freitas apresenta algumas visões e análises sócio-históricas sobre o futebol no Ocidente, como chegou ao Brasil e como se consolidou como esporte nacional, o modo como foi introduzido na capital do Estado de Minas Gerais, concluindo com algumas reflexões teóricas necessárias aos profissionais da área da Educação Física.

Em Ponto de Vista, Paulo Ricardo do Canto Capela esboça a contextualização dos interesses que movem as políticas públicas de esporte e lazer nacional quando conduzidas por históricos atores sociais que vêem o esporte como um grande negócio; como contraponto, apresenta apontamentos para um projeto de esportes e lazer que atenda as demandas de um projeto nacional e popular.

Cientifique-se promove novas reflexões de Rodrigo Tetsuo Hirai e Carlos Luiz Cardoso sobre a “concepção das aulas abertas” nas aulas de Educação Física escolar, propondo uma “nova” legitimação didático-pedagógica, para a compreensão das “Aulas Abertas às Experiências”: o ensino orientado no interacionismo simbólico.

Na seção Experimentando, as professoras Lara Regina Damiani e Cristiane Ker de Melo relatam os desafios de atuar na formação continuada de professores de Educação Física, lidando com a complexidade e as resistências em uma rede pública de ensino.

Grupos de Estudo é a seção que nos apresenta primeiras informações sobre mais um coletivo acadêmico que se organiza para pesquisar (e intervir) na Educação Física escolar e na formação do professor. Trata-se do GEPEFE - Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Física e Escola, ligado ao Curso de Educação Física/licenciatura da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), em Criciúma.

Por fim, em Porta Aberta, trazemos aos leitores duas contribuições importantes. Paula Bianchi e Marli Hatje, discutindo o esporte e televisão, refletem sobre a importância dessa relação na formação cultural e educacional da sociedade, relatando pesquisa sobre a categoria va-

lores-notícia, no Programa Esporte Espetacular da Rede Globo. Enquanto isso, Cristina Brust, Isabel Cristina Baggio e Matheus Francisco Saldanha Filho tecem considerações sobre o processo de construção e implementação de políticas públicas de esporte e lazer, tomando por referência o município de Santa Maria/RS, no período de 2001-2004.

Costumeiramente, Motrivivência presta homenagem a alguma figura pública que, ao longo da sua vida, tenha propugnado pela ampliação da cidadania. Neste número, nossa homenagem não é ditada por grandes feitos, nem por ações meritórias. Nossa homenagem vai para os setes torcedores mortos e os mais de 80 feridos no acidente ocorrido no dia 25 de novembro último no Estádio da Fonte Nova, em Salvador/BA, provocado pelo desasso e pela falta de compromisso das instituições públicas e privadas envolvidas na produção do esporte-espetáculo. Ao permitirem a superlotação do Estádio, cujas precárias condições de conservação já há muito vinham sendo denunciadas, essas autoridades contribuíram para que o acidente acontecesse. Num país de impunidades e transferência de responsabilidades, punir exclusivamente o Esporte Clube Bahia (até agora), com multa de 80 mil reais e sete jogos de perda de mando de campo soa como escárnio. Além dis-

so, decisão do Governo do Estado de implodir o Estádio parece com aquela piada do sofá que é jogado no lixo porque se tornara o local das infidelidades da esposa. Só que, neste caso, os traídos são a população de Salvador e da Bahia!

Florianópolis, novembro/2007.

Mauricio Roberto da Silva
Giovani De Lorenzi Pires